

---

**O COLETIVO MARGARIDA ALVES E A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO (ASPROAB) EM IPAMERI (GO): as relações de poder em torno do trabalho e da produção do território**

**EL COLECTIVO MARGARIDA ALVES Y LA ASOCIACIÓN DE LOS PEQUEÑOS PRODUCTORES RURALES DEL ASENTAMIENTO OLGA BENÁRIO (ASPROAB) EN IPAMERI (GOIÁS): las relaciones de poder en torno al trabajo y a la producción del territorio**

**Rafael de Melo Monteiro**

Professor de Geografia - Instituto Federal de Goiás, Águas Lindas, GO, Brasil  
rafael.monteiro@ifg.edu.br

**Luciney Aparecido Teodoro Borges**

Mestrando em Geografia - Universidade Federal de Catalão, Catalão, GO, Brasil  
lucineyipameri@hotmail.com

**Resumo**

O objetivo desse artigo é compreender, pela análise do Coletivo Margarida Alves e da Asproab, as relações de poder em torno do trabalho e da produção do território no Assentamento Olga Benário, em Ipameri (GO). Na pesquisa de campo, foram realizadas 55 entrevistas semiestruturadas, entre janeiro e maio de 2015. Em 2018, foram feitas, também, 20 entrevistas com assentados. O trabalho se tornou eixo central das relações de poder e da produção do território no Assentamento Olga Benário, investido em diferentes projetos políticos: de um lado, a recusa do assentamento coletivo, pela maioria das famílias, e a adesão ao modelo associativo, que conserva a posse da terra e a organização familiar do trabalho, com a preocupação de assegurar a estabilidade de vida na terra; por outro lado, o Coletivo Margarida Alves, a despeito do seu desfazimento, também imprimiu sua importância na dinâmica histórica do assentamento, por sua proposta alternativa de trabalho e terra coletivos, sintonizada com a perspectiva de transformação social do MST.

**Palavras-chave:** Território. Relações de poder. Assentamento Olga Benário. Ipameri. Goiás.

## Resumen

El objetivo de este artículo comprender, mediante el análisis del Colectivo Margarida Alves y de Asproab, las relaciones de poder en torno al trabajo y a la producción del territorio en el Asentamiento Olga Benário, en Ipameri (Goiás). En una investigación de campo, se realizaron 55 entrevistas semiestructuradas, entre enero y mayo de 2015. En 2018, también se efectuaron 20 entrevistas a asentados. El trabajo se convirtió en eje central de las relaciones de poder y de la producción del territorio en el Asentamiento Olga Benário, caracterizado por diferentes proyectos políticos: por un lado, el rechazo de la mayoría de las familias al asentamiento colectivo y la adhesión al modelo asociativo, en el que se preserva la posesión de la tierra y la organización familiar del trabajo, con la preocupación de garantizar la estabilidad de vida en la tierra; por otro lado, el Colectivo Margarida Alves que, a pesar de su desaparición, también dejó su impronta en la dinámica histórica del asentamiento, por su propuesta alternativa de trabajo y tierra colectivos, en sintonía con la perspectiva de transformación social del MST.

**Palabras clave:** Territorio. Relaciones de poder. Asentamiento Olga Benário. Ipameri. Goiás.

## Introdução

No Brasil, segundo dados do Incra (2017), existem 9.374 assentamentos de reforma agrária, que ocupam uma área de 87.978.041,18 milhões de hectares, onde moram mais de 970 mil famílias. Em Goiás, como consta no Dataluta (2018), somado o número de assentamentos entre 1979 e 2017, são 460, com 26.482 famílias em uma área de 1.101.003 hectares.

O estado de Goiás tem, historicamente, a maior parte das suas atividades econômicas centrada na agropecuária, com a formação de latifúndios e a presença de monoculturas, fatores que contribuíram com a expulsão de camponeses “que por não disporem de capital suficiente para se adaptar ao modelo de modernização da agricultura, também foram obrigados a migrar para as cidades” (INOCÊNCIO, 2010, p. 94).

No Sudeste Goiano<sup>1</sup>, onde está o município de Ipameri e o Assentamento Olga Benário, a modernização da agricultura ocorreu, em especial, nos anos 1980, pela chegada de migrantes sulistas, o início do cultivo de soja e a territorialização de empresas rurais,

---

<sup>1</sup> Constituído, de acordo com o Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, por 22 municípios: Ananguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbamba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutá e Vianópolis.

contando com incentivos governamentais (crédito e infraestrutura), com o Estado disposto a investir na expansão da agricultura capitalista, tida como moderna e racional, em detrimento da agricultura camponesa, realizada por milhares de famílias camponesas (MENDONÇA, 2004).

A questão agrária no Sudeste Goiano é marcada, de acordo com Mendonça (2004), por aspectos da relação capital/trabalho, com o processo de acumulação do capital associado à ampliação da propriedade fundiária e a desterritorialização de camponeses e trabalhadores rurais; e pela oferta abundante de mão de obra barata, incluindo de migrantes (não os mesmos que fundaram empresas rurais e trouxeram a soja), o que permite o pagamento de baixos salários e fortalece a desmobilização política dos trabalhadores, nas empresas rurais.

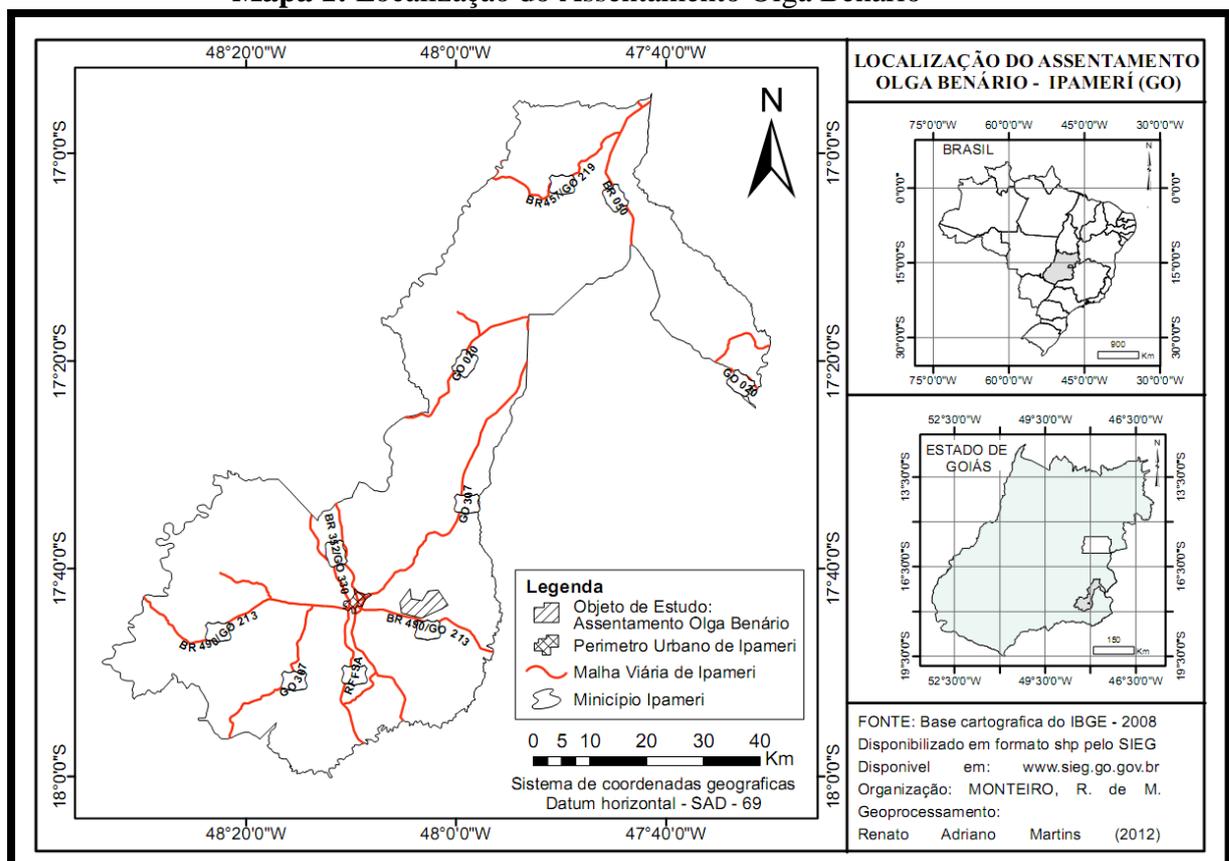
As áreas de modernização agrícola do Sudeste Goiano envolvem os municípios de Catalão, Campo Alegre de Goiás, Ipameri, Orizona, Silvânia, Vianópolis e Gameleira, uma vez que, juntos, somam parte significativa da produção goiana de grãos, principalmente soja. Também destaca-se a pecuária de corte e leiteira, com importante número de cabeças de gado e produção/comercialização de leite, mormente, nesse último item, em Orizona (MATOS, 2012).

Os problemas da concentração fundiária e dos conflitos no campo, a nível nacional, propiciaram a emergência de vários movimentos sociais, tanto de abrangência regional como nacional. Em tal caso, está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que adentrou o território goiano em 1985, com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de sindicatos e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Conforme salienta Fernandes (2000), três trabalhadores sem-terra paranaenses auxiliaram na organização do Movimento em Goiás. Desde a participação dos sem-terra goianos no Primeiro Congresso do MST, em Curitiba, também em 1985, iniciaram-se os trabalhos. Em janeiro de 1986, o MST realizou o primeiro encontro em Goiás, com a participação de 100 trabalhadores, de vinte e dois municípios diferentes e elegeu a Coordenação Estadual. Em abril, instalou uma secretaria nas dependências do prédio da CUT, em Goiânia. Ao final de 1988, procurou estruturar-se com a formação dos setores de Frente de Massa, Formação, Finanças e Produção, para se fortalecer e se especializar para outras regiões do estado.

De início, como ressalta Mendonça (2004), a atuação do MST concentrou-se entre Goiânia e Cidade de Goiás, expandindo-se, posteriormente, para o Sudoeste Goiano, onde há grande concentração de empresas rurais, e para o Noroeste Goiano, tradicional área de pecuária extensiva e implantação de projetos agropecuários. No Sudeste Goiano, a criação de uma coordenação regional do MST, no município de Catalão, indicou a retomada da mobilização dos camponeses e trabalhadores rurais. Em 2002, o Movimento organizou o primeiro acampamento, nas margens do rio Corumbá, entre Ipameri e Caldas Novas, somando 190 famílias. A área ocupada pertencia a uma hidrelétrica e o intuito, nesse momento, foi a sensibilização da população em relação à luta política.

A atuação do MST no Sudeste Goiano já originou três assentamentos: o Assentamento Madre Cristina, em Goiandira, o Assentamento Ana Ferreira, em Ipameri e o Assentamento Olga Benário, o primeiro deles, também localizado em Ipameri, como mostra o mapa 1.

**Mapa 1:** Localização do Assentamento Olga Benário



Organizado por: MONTEIRO, R. de M. (2012).  
Elaborado por: MARTINS, R. A. (2012).

Foi implantado no ano de 2005, com a aquisição, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Fazenda Ouro Verde, de 4.322 hectares, ao preço de R\$ 8.355.547,27. Nele, vivem cerca de 84 famílias, que vieram de acampamentos e são naturais de municípios goianos como Aruanã, Aurilândia, Campo Alegre de Goiás, Goiânia, Goiás, Inhumas, Ipameri, Iporá, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Jandaia, Jussara, Morrinhos, Niquelândia, Piracanjuba, Pires do Rio, Quirinópolis, Santa Cruz de Goiás, Santa Helena de Goiás, São Simão e Urutaí. Muitas são naturais, ainda, de outras unidades da federação, como Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e São Paulo.

Concluída a aquisição do imóvel rural, as famílias adentraram a propriedade e estabeleceram-se em barracas de lona, assim como estavam acampadas na entrada da fazenda. Nessa época, cultivaram gêneros alimentícios. Posteriormente, foi necessário decidir a organização interna do assentamento, mediante duas alternativas principais: a divisão familiar, dentro do modelo tradicional camponês; e o assentamento coletivo, com um núcleo de moradia, um pequeno quintal por família e a maior parte da terra de uso e exploração comum. A primeira opção foi a preferida pelas famílias e a proposta do coletivo, defendida por lideranças do MST e por servidores do Incra, foi recusada. No entanto, seis famílias resolveram apostar nesse formato e instituíram o Coletivo Margarida Alves. Das seis, uma família era a de uma liderança do Movimento e outras duas eram de familiares da mesma.

Entre 2005 e 2008, as famílias assentadas se mantiveram conectadas com o MST. Em 2008, junto à organização de uma associação, ocorreu a saída de lideranças e integrantes do Movimento, em decorrência, principalmente, da insatisfação de muitas pessoas quanto ao arrendamento das terras coletivas para o plantio de soja. Cerca de 50 famílias formaram a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário (Asproab) e desligaram-se do MST.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo é compreender, pela análise do Coletivo Margarida Alves e da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário (Asproab), as relações de poder em torno do trabalho e da produção do território no Assentamento Olga Benário, em Ipameri (GO).

Do ponto de vista metodológico, foram adotados os seguintes procedimentos: a) pesquisa teórica, selecionando autores que discutem as relações de poder, como Foucault

(2014), e o território, a exemplo de Raffestin (1993) e Saquet (2010; 2015); autores que tratam do campesinato e dos assentamentos rurais, como Pessoa (1999), Turatti (2005), Ferrante (1994) e Woortmann (1990); e autores como Rech (2000) para abordar temas como o associativismo em áreas rurais; b) pesquisa documental, especificamente com o acesso ao processo de criação do Assentamento Olga Benário, na Superintendência do Incra em Goiânia, em setembro de 2015, e ao Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário; c) pesquisa de campo, com a realização, entre janeiro e maio de 2015, de 55 entrevistas semiestruturadas (com questões abertas e fechadas), sendo que 40 delas foram gravadas e transcritas. Foi entrevistada uma pessoa por lote/casa, em um trabalho semanal, majoritariamente aos sábados. Em 2018, foram feitas, também, entrevistas com 20 famílias de assentados. Foi efetuada uma transcrição fiel ao que os sujeitos falaram pois, de acordo com Whitaker (2002, p. 16): “os transcritores julgam possível reproduzir uma pronúncia original usando erros ortográficos. Quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos”.

As relações de poder no Assentamento Olga Benário envolvem indivíduos que, a princípio, compunham o mesmo *ator* coletivo (MST) mas, atingido o objetivo primário (a conquista da terra), seguiram rumos diferentes, a depender dos interesses no que tange à organização social e territorial, aos projetos de vida e de trabalho. Como argumenta Ferrante (1994), em um primeiro momento, a condição de demandantes de terra estrutura um espaço de iguais. Trajetórias distintas não são determinantes no momento da formação do grupo e da decisão de luta pelo acesso à terra. A luta se estrutura pelo querer a terra. Definidos pela contradição de um vivido e de um viver diferenciados, essa condição de iguais pode ser ultrapassada no viver dos assentamentos. Isso porque a decisão de ocupar uma terra ou se candidatar a uma possível área, nivelada em um determinado patamar, não implica ver na terra o mesmo projeto.

Embora esse processo tenha mais evidência na escala local, não é desassociado da esfera estatal, pois os desafios da cooperação agrícola e do desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos têm a ver com as ações do Estado que, por sua vez, não cumpre a responsabilidade devida, o que prejudica a mobilização junto aos movimentos sociais, culpabilizados, muitas vezes, pelas dificuldades na terra.

De acordo com Foucault (2014), as relações de poder são díspares, heterogêneas, práticas sociais construídas historicamente e em constante mudança. Elas se realizam em diferentes níveis e pontos da vida social, atingem a vida cotidiana e o corpo dos indivíduos. O Estado é um elemento importante, mas o poder está além dele, ainda que articulado ao mesmo. Embora o poder (do ponto de vista relacional) não seja propriedade, ele se exerce em uma direção, com distintos lados em disputa. Contudo, onde há poder, também surgem várias formas de resistência, pois estão em relação (o poder e a resistência).

A produção do território ocorre, portanto, articulada às relações de poder. Consoante Saquet (2010; 2015), os territórios são produzidos na relação espaço-tempo pelo exercício do poder de grupos e/ou classes sociais e suas territorialidades. Neles, há uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas.

Para Raffestin (1993) e Saquet (2010; 2015), o território é ocupado, apropriado, produzido e vivido, concreta e simbolicamente, por indivíduos, grupos humanos e classes sociais. Ele é construído e desconstruído em múltiplas escalas geográficas, da rua à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em diferentes tempos (meses, anos, décadas, séculos) e durações (permanentes, cíclicas, periódicas). É feito todos os dias, sem cessar, ainda que nunca esteja pronto. O que restou de *ontem*, enquanto obra (i)material, é sempre sobreposto por novas camadas *hoje*.

Essa dinâmica das relações sociais e das territorialidades garante que o exercício do poder não se mantenha fixo em um ponto, mas circule pelo território, aproximando e afastando indivíduos e grupos, mediados por impulsos políticos, econômicos e culturais. Não por acaso, isso se reflete nas escolhas pelo modelo familiar ou coletivo e na formação de associações, como a Asproab.

No próximo item, discutiremos o Coletivo Margarida Alves e a Asproab como eixos das relações de poder no Assentamento Olga Benário.

## **Os eixos centrais do poder no Assentamento Olga Benário: o Coletivo Margarida Alves e a Asproab**

Alguns depoimentos exemplificam a recusa e o estranhamento em relação ao projeto de assentamento coletivo: pesam características como a individualidade e a heterogeneidade, por conta das diferenças entre as pessoas, seus lugares de origem, suas experiências de vida e seus projetos de trabalho na terra. Também a perda da independência e da autonomia, valores importantes frente às épocas de trabalho assalariado e submissão aos patrões e/ou demais níveis hierárquicos no trabalho; a memória de momentos difíceis, pagando caros alugueis, morando de favor em casas de parentes. Vejamos alguns exemplos:

- a) Cada um tem uma cabeça: um queria mexer com um trem, outro queria mexer com outro. Igual nós aqui é gado de leite; outros já queria mexer era com roça; outros já queria vaca de corte, outros queria outra coisa, então, num dá certo. Aí nós preferiu ser individual. (Depoimento 1, 18/01/2015).
- b) É baiano, sergipano, paraibano, pernambucano, alagoano, goiano, mineiro, então, essas sete nação de gente pra comer tudo numa panela só num dá certo não! Um vai achar sem sal, outro vai achar salgado e assim vira aquele rolo que não dá certo, de maneira nenhuma! (Depoimento 2, 25/01/2015).
- c) Reuniram o povo lá do outro lado, a maioria não quis. Porque coletivo [é] um só dominar o povo. O que aconteceu do outro lado ali? [Coletivo Margarida Alves] Quando fizeram esse coletivo os funcionários lá do Inbra bateu palmas pra eles, parabéns! [Ele bate palmas]. Brevemente desmancharam. Por que desmanchou? Porque lá tinha o chefe e trem que tem chefe não funciona. E se a pessoa ficar individual você cuida do que é seu, eu cuido do que é meu. Num é eu querer fazer um trem: “Ou, será que dá certo?”. Talvez vai dar certo, mas dois, três dá contra. Pronto, já num tem jeito de fazer aquilo, porque vai contrariar o outro. (Depoimento 3, 08/03/2015).

Dessa maneira, entendemos que, para os assentados, aceitar a coletivização, embora a proposta fosse inovadora no âmbito da produção econômica, da concorrência no mercado, da organização territorial e das relações socioculturais, implicaria renunciar aos sonhos e desejos que os acompanhavam desde o acampamento ou a vida toda; seria arriscar-se em um projeto que eles não tinham referências em Goiás e, talvez, nem preparação/formação política suficiente para desenvolver; seria colocar, após uma árdua luta, tudo a perder, outra vez, restando, depois, o retorno ao pouco que se tinha ou menos ainda.

Por sua vez, Woortmann (1990) afirma que o trabalho é uma categoria moral para o campesinato, assim como a liberdade, que é contrastada ao trabalho coletivo, posto que este, pelo menos no imaginário das pessoas, presume a figura do chefe e a sujeição da iniciativa individual/familiar ao grupo. Como acentua Turatti (2005), há uma diferença entre a forma tradicional de cultivar a terra e ter nela um patrimônio familiar, inclusive para as próximas gerações, e o trabalho cooperativo ou coletivo. “Parece, à primeira vista, que, em se tratando de coletivizar o trabalho, os sem-terra consideram haver uma grande diferença entre ser sócio de uma cota da cooperativa e trabalhar cantando nos antigos mutirões” (TURATTI, 2005, p. 72).

Conforme destaca Pessoa (1999), a gestão coletiva não é um fim em si mesmo, pois exige um estado de permanente mobilização, que é incompatível com as histórias das famílias de agricultores acostumados com a organização da produção baseada em iniciativas individuais. Isso não significa que ações cooperativas ou coletivas não possam existir junto aos trabalhadores rurais e familiares, como, de fato, acontece. Além disso, há a ausência de políticas públicas, de serviços adequados de assistência técnica e extensão rural voltados para a gestão coletiva da terra e dos recursos naturais, ou seja, um contexto que dificulta as ações coletivas.

Para o MST, os assentamentos fazem parte do seu projeto político de transformação da sociedade, por meio de novas relações e valores, dentre os quais se insere a cooperação agrícola: organização coletiva da produção, da comercialização, da prestação de serviços e da agroindústria para aumentar a produção, a renda, a produtividade do trabalho e da terra, o que tem um significado especial para os camponeses. É preocupação do Movimento o acesso à educação, saúde, energia elétrica e água encanada, serviços de telefonia e estradas nos assentamentos, garantindo qualidade de vida para as famílias. Esses pressupostos estão materializados nos seus núcleos de produção, nos grupos coletivos, nas associações de máquinas e de vizinhança, nas diversas cooperativas de produção, prestação de serviços e de crédito, já existentes. Há, ainda, o investimento na agroecologia, contribuindo para uma alimentação saudável dos assentados e dos consumidores urbanos. De modo geral, os kolkhozes soviéticos, os ejidos coletivos mexicanos, os kibutzim israelenses e as cooperativas cubanas foram experiências que influenciaram o MST, especialmente a partir de 1985 (MST, 1991; GUERRA, 1991; ZIMMERMANN, 1994; FERNANDES, 2000; MARCOS; FABRINI,

2010). Tudo isso mostra que a coletivização não é uma utopia, no sentido de algo inalcançável. Existem, por exemplo, cooperativas do MST, na Região Sul, que se destacam na exportação de arroz agroecológico.

Em Monteiro (2013, p. 86) aparece o depoimento de uma liderança do MST no Olga Benário, registrado em 2012, no qual defende o modelo coletivo com a seguinte justificativa:

O MST tem uma convicção, sabemos da complexidade que é isso, que ninguém consegue nada sozinho. A conquista da terra só é possível com a participação coletiva. Nós entendemos que o pequeno agricultor, isolado, com a sua unidade produtiva, dificilmente vai ter êxito levando em consideração questão econômica, questão política, questão social. Pra quebrar esse paradigma, o MST defende que as pessoas devem criar um processo de cooperação entre elas depois que chega na terra. Mas isso a gente sempre respeita a opinião das pessoas, nada funciona goela abaixo. A gente sempre leva tentando um processo de debate, da discussão, da informação, do estudo, pras pessoas sair desse mundo individual onde que tudo é meu, inclusive a mulher é minha, o filho é meu, o carro é meu, a galinha é minha, a terra é minha, o dinheiro da terra é meu.

Nessa linha de raciocínio, o MST (2009) admite que a saída individual é fatal para os assentados e os assentamentos, em termos de desenvolvimento socioeconômico. Os indivíduos e famílias precisariam, com isso, atuar conjuntamente para a aquisição de crédito, de ferramentas, de máquinas e de matrizes animais; para cultivar as lavouras e comercializar a produção, até chegar ao ponto de ter a terra, o trabalho e o capital atuando em conjunto. O mesmo entendimento aparece em Marcos e Fabrini (2010, p. 108), ao destacarem que para o Movimento “não existem condições de o assentado progredir econômica, social e politicamente por meio da produção familiar. Por isso, ele precisa reunir sob seu controle os meios de produção, ferramentas, terra, capital, máquinas etc”.

Ao longo do tempo, o MST foi alterando suas concepções de cooperação agrícola, à medida em que ia desenvolvendo experiências do tipo, nos assentamentos. Conforme explicam Marcos e Fabrini (2010), entre 1979 e 1985, no início da luta dos sem-terra, as atividades coletivas passavam ao largo do cooperativismo e estavam próximas das trocas de dias de serviço, dos mutirões, das associações, dos pequenos grupos inspirados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), ou seja, com forte influência da Igreja Católica. De acordo com Christoffoli (2015), entre os anos 1985 e 1987, era comum, juntamente à conquista da terra, a abertura de associações e grupos não

formais de cooperação, com poucas famílias. Nesse princípio, as cooperativas não eram muito desejadas, por estarem associadas tanto ao Incra quanto aos latifundiários. Entre 1987 e 1992, surgiram os primeiros grupos e assentamentos totalmente coletivos, incluindo cooperativas de produção agropecuária, de trabalho e propriedades coletivas, modelo que teve, na época, pouco êxito. De 1993 a 1998, o Movimento investiu em cooperativas de comercialização e prestação de serviços e unidades de armazenagem e processamento da produção agrícola dos assentamentos. Entre 1999 e 2004, houve forte desmobilização e refluxo do associativismo nos assentamentos, com perseguições às associações e cooperativas, aumento da inadimplência financeira, evasão, abandono dos assentamentos pelo poder público e empobrecimento das famílias. Após esse período, entre 2005 e 2010, a criação de políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), cujo embrião remete ao ano de 1955, com a Campanha Nacional de Merenda Escolar, provocou uma efervescência de associações e cooperativas, necessárias para concorrer aos programas públicos de acesso aos mercados. Nos últimos anos, a perspectiva agroecológica tem sido presente entre os agricultores, nas associações e nos mutirões, criando novas sociabilidades, territorialidades e possibilidades de vida e trabalho.

O Coletivo Margarida Alves investiu, durante sua existência, em uma série de cultivos, esperando obter êxito no acesso às políticas públicas e na comercialização dos produtos. Plantaram arroz, abóbora, mandioca e, por fim, arrendaram para soja. Esse processo é mostrado no depoimento de um ex-participante do grupo:

[Em] 2007, 2008 e 2009 foi plantado coletivamente. Nós coletivados trabalhava na enxada, no plantio manual. Plantamos arroz, tivemos um grande prejuízo, perdemos a semente. Fizemos cultivo de abóbora, ficou montões de abóbora aí porque a abóbora foi muito produtiva, mas aí não tivemos pra quem vender. Resolveu: vamos plantar rama de mandioca. Plantamos rama de mandioca aí pra todo lado porque na época tinha uma febre pela farinha e pela mandioca, a CONAB [Companhia Nacional de Abastecimento] tava comprando, perdemos de novo. Quando foi em 2009 criou a ideia de plantar soja. E esse foi o racha! [Descontentamento das famílias com o Coletivo e com o MST] Que aí foi que eles [as demais famílias] queriam pôr fogo, queimar tudo e tirar nós daqui. Acabou o Coletivo, mas nós tentamos aqui produção de todo jeito. (Depoimento 4, 22/03/2015).

Essa reação perante o arrendamento ocorreu pelo fato dos lotes familiares não poderem fazer o mesmo, o que despertou um ressentimento contra o grupo coletivo, onde

estava, como apontado antes, uma liderança do MST. Com o fim do grupo, a dificuldade ficou em não ser possível reunir a parcela da terra com a casa, como no modelo familiar. Assim, a configuração territorial permaneceu com a separação entre a terra e a casa, conforme apresenta a imagem de satélite 1, na qual é possível visualizar a agrovila do Coletivo Margarida Alves. As terras demarcadas para cada família ficaram depois da agrovila.

**Imagem de satélite 1:** Agrovila do antigo Coletivo Margarida Alves



**Fonte:** Google Earth (24/07/2021).

A Asproab despontou como uma alternativa de organização e trabalho para dezenas de famílias, mesmo as associadas ao MST, incorporadas nos últimos anos, sinal de que toda a tensão primeira estava, de alguma forma, arrefecendo-se. Criada em 2008, conta, atualmente, com 42 famílias associadas. Mensalmente, contribuem com uma taxa em dinheiro, que é revertida em insumos agrícolas para uso comum. De 15 em 15 dias, participam de reuniões, com garantia de voz e voto e a apresentação dos investimentos feitos com a arrecadação financeira do grupo. Além disso, as famílias apostaram no Pnae e no PAA e estão entregando frangos, mandioca, verduras e panificados (bolos e roscas).

O associativismo é, de modo geral, composto por um grupo de pessoas que, através de objetivos em comum, busca benefícios para seus membros ou para uma causa em especial. Assim, as associações desempenham um papel importante na constituição

de mudanças estruturais para problemas arcaicos decorrentes de dificuldades impostas a um grupo.

Dentre inúmeros modelos associativos existentes, no caso das associações rurais a pretensão é melhorar a qualidade de vida das famílias, através de maior renda para o sustento familiar e investimentos na terra, aquisição de materiais de trabalho mais baratos, participação em projetos governamentais, comercialização em maior escala, que possa atender o nível municipal e mesmo regional, entre outros benefícios. Para Bergamasco e Norder (1996, p. 56-57):

A aquisição de tratores e equipamentos, fertilizantes, crédito, sementes, combustíveis e mesmo de alimentação até a primeira colheita pode se tornar impossível para uma família isolada. Surge daí a necessidade de procurar formas associadas e cooperativas para viabilizar o trabalho de cada um, o que tem recebido apoio não só do MST como da Igreja, dos órgãos governamentais e demais entidades envolvidas com a questão.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (2009), as atividades culturais e de lazer também podem ser realizadas pelas associações, com o intuito de fortalecer os laços sociais entre seus participantes.

Diferentemente das cooperativas, as associações não têm fins lucrativos, embora contribuam no processo de comercialização. Conforme ressalta Rech (2000, p. 160) “[...] seu objetivo principal é o de complementar a atuação do Estado na área de assistência e promoção social e, por isso, não podem ter como principal finalidade a atividade econômica”.

A orientação de órgãos públicos quanto à formação de associações é cumprida, em um primeiro momento, pela possibilidade de acessar recursos públicos para o início da vida no assentamento. Muitas conseguem se organizar internamente, ao passo que outras têm dificuldades em se articular, por razões como atritos, desconfiança entre membros, necessidade de trabalhar na terra etc., passando, apenas, a responder demandas externas, quando elas chegam. A organização política da comunidade é importante, portanto, para o diálogo e a negociação com mediadores e poder público, cuja ênfase precisa ser o desenvolvimento territorial local, sem deixar de compor redes econômicas, mercadológicas, políticas e culturais com outros sujeitos e lugares.

O desenvolvimento territorial envolve, para Saquet (2019), os vínculos sociais e territoriais, as tradições e inovações, as relações de confiança e as identidades político-

culturais, a dispersão e a articulação produtiva, as redes de cooperação e especialização produtiva, a concorrência e a sinergia, a potencialização das características endógenas, as relações de pertencimento, proximidade e enraizamento, os conteúdos públicos, populares, participativos, dialógicos, reflexivos e ecológicos, enfim, uma práxis contra-hegemônica efetivada junto às singularidades de cada espaço-tempo-território, contando com as pessoas, suas necessidades, desejos e ecossistemas em que vivem.

Todavia, também ocorrem conflitos no âmago da Asproab, incluindo a saída de membros, posto que, no final das contas, trata-se também de um modelo alternativo ao trabalho familiar e cuja participação exige confiança mútua, entendimento e cumprimento de regras, separação entre o interesse coletivo e o particular, disposição para o debate político, o que pode ser difícil e/ou estranho para algumas pessoas. Isso parece (re)produzir, mais uma vez, um tipo de ressentimento que contribui para o distanciamento entre as pessoas, afastando-as da esfera pública e enclausurando-as nas dificuldades do cotidiano, longe de qualquer projeto político a fim de auxiliar na melhoria das condições de vida. Observemos os seguintes depoimentos:

- a) Queria que cada um desse a faixa de mil [reais] pra pagar um salário pro presidente [da Asproab] correr atrás dos problemas do assentamento. Aí uns apoiou, outros não, aí nós foi e saiu da Associação, ficou por conta nossa mesmo. (Depoimento 5, 08/03/2015).
- b) Eu tirar mil reais pra comprar um caminhão pra entregar pão, entregar essas coisas lá na cidade, se eu precisar do caminhão, o caminhão não serve pra mim. Eu pagar o caminhão posso? [...] Vai comprar um carro pra Associação, um carro novo, todo mundo, “Vamos comprar?”, “Vamos”, mas o carro vai ficar quieto, mas se tiver uma pessoa doente, precisar de um recurso, o carro corre?, “Não, aí num corre”, então, pra quê que eu vou comprar carro? Eu compro um pra mim. (Depoimento 6, 08/03/2015).
- c) Saí fora da Associação porque eu vi que dentro de um assentamento desse aqui você ser sócio de uma coisa que você não tem retorno não vai adiantar nada, você só vai investir. É a mesma coisa de você jogar dinheiro fora. Associação ela funciona não dentro de um assentamento desse porque uns esforça e os outros não, quer esperar sentado, quer esperar na boca. [...] E umas ideias não batem com as outras. (Depoimento 7, 15/03/2015, ex-presidente da Asproab).

Mais uma vez, as relações de poder entre os associados têm conexões com o Estado, sobretudo por sua ineficiência e negligência quanto aos assentamentos e a agricultura camponesa. Por exemplo, a demanda por usar o carro da Asproab para atender emergências de saúde não geraria conflitos se houvesse assistência à saúde para as

famílias. Investir e não ter retorno não ocorreria caso políticas públicas fossem pensadas para os assentados, em termos de produção e comercialização, de modo que não precisariam responsabilizar uns aos outros.

### **Considerações Finais**

As relações de poder e a produção do território, no Assentamento Olga Benário, configuraram-se em torno de conflitualidades internas articuladas às ações do Estado, do MST e de grupos locais, guiados por distintos propósitos. Muitos assentados, a partir das suas experiências de vida e expectativas de futuro, têm dificuldades em aceitar um novo modo de vida e de trabalho que lhes traga incertezas, como a coletivização da terra. Ficam desconfiados e receosos de, após a luta pela terra, não terem a garantia mínima dela, da casa própria, do trabalho, da gerência e do patrimônio. Ao que parece, a questão não é somente manter um estilo de vida camponês tradicional, senão não perder o patamar de segurança minimamente atingido no bojo de uma sociedade capitalista desigual, onde a maioria da população vive em situação de pobreza, desemprego e vulnerabilidade social. As narrativas heroicas e de transformação social, incumbidas aos sem-terra, não preenchem a vida comum, de necessidades imediatas. No fundo, várias dessas pessoas lutaram pela terra sem serem, automaticamente, trabalhadores permanentemente mobilizados pela reforma agrária e novas relações sociais. Nesse caso, a recusa do assentamento coletivo explicita a decisão de operar sob a tríade terra, trabalho e família, sem descartar, por completo, a cooperação agrícola, evidente no caso da Asproab, proposta organizativa que não recusa a posse da terra

Entretanto, na Asproab também surgem desafios, como o exercício do diálogo, o debate público, a construção e respeito às normas, a superação de ressentimentos e desconfianças. Para além disso, os dissensos internos do Olga Benário não se encerram na escala local, já que a atuação do Estado, na elaboração e aplicação de políticas públicas voltadas à cooperação agrícola, influencia, negativamente, em tais conflitos, provocando a fragmentação e desmobilização política, sem contar a responsabilização do movimento social, o MST, *ator* coletivo no comando da luta pela terra e pela reforma agrária.

Sugerimos, aos pesquisadores e interessados no tema, a investigação da organização do trabalho e do território em assentamentos rurais, das tensões que

envolvem o trabalho familiar, associado, coletivo e/ou cooperativo, das ações do Estado e dos movimentos sociais junto às famílias e aos assentamentos. Pensamos, ainda, que seria importante entender as relações de poder envolvendo os assentamentos e o poder público municipal, como uma esfera de governo que tem maior proximidade com os assentamentos. Tais sugestões, cremos nós, não se restringem ao Assentamento Olga Benário, mas à realidade de vários assentamentos brasileiros.

## **REFERÊNCIAS**

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luiz A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHRISTOFFOLI, Pedro I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: NOVAES, Henrique T.; MAZIN, Ângelo D.; SANTOS, Lais. (Org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 169 - 188.

DATALUTA – BANCO DE DADOS DA LUTA PELA TERRA. **Relatório Brasil 2017**. Publicado em 2018. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutabrasil.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERRANTE, Vera Lúcia B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, Leonilde S. de et al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 127 – 144.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUERRA, Júlio S. Associativismo de produção na agricultura. In: GÖRGEN, Frei Sérgio A.; STÉDILLE, João P. (Org.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 115 - 131.

INCRA, 2017. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 24 jul. 2021.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado**. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Como criar e administrar associações de produtores rurais**: manual de orientação. 6. ed. Brasília: MAPA/ACS, 2009.

MONTEIRO, Rafael de M. **Relações de poder, territórios e territorialidades**: as travessias da vida no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

MST, 1991. A experiência do MST na cooperação agrícola. In: GÖRGEN, Frei Sérgio A.; STÉDILLE, João P. (Org.). **Assentamentos**: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 132 - 184.

\_\_\_\_\_, 2009. **A cooperação agrícola no MST**. Disponível em:  
<http://mst.org.br/2009/11/17/a-cooperacao-agricola-no-mst/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

\_\_\_\_\_, 2021. **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?**  
Disponível em: [mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/](http://mst.org.br/2021/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst/). Acesso em: 24 jul. 2021.

PESSOA, Jadir de M. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

\_\_\_\_\_. Território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas do desenvolvimento. **Igepec**, Toledo, v. 23, n. 1, 2019. p. 23-39.

TURATTI, Maria Cecília M. **Os filhos da lona preta**: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

WOORTMANN, Klaas. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Brasília, **Anuário Antropológico 87**, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

WHITAKER, Dulce C. A. **Sociologia rural**: questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

ZIMMERMANN, Neusa de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde S. de et al. (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp, 1994. p. 205 - 224.

Recebido em 10/03/2021.

Aceito para publicação em 14/05/2021.